

Demissões serão em janeiro

EUGÊNIA LOPES

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso começa a demitir, a partir de janeiro de 1998, 33 mil servidores públicos não-estáveis da União. O governo suspendeu também o pagamento de um reajuste que seria dado aos servidores no começo do ano que vem. A maior parte das demissões será de agentes administrativos das autarquias e fundações da administração pública federal e será feita através de decreto presidencial. A medida, que permitirá uma economia anual aos cofres da União de R\$ 357 milhões em um ano, atingirá também os servidores não-estáveis de órgãos extintos pelo governo.

Só na área do funcionalismo público federal, o governo baixou 11 medidas que irão gerar uma economia de gastos na folha de pagamento de R\$ 3,1 bilhões. Desse valor, R\$ 1,5 bilhão serão economizados com a suspensão do reajuste linear de cerca de 4% que o presidente Fernando Henrique pretendia conceder ao funcionalismo público federal em 1998.

No amplo pacote anunciado ontem pelo governo, as medidas de contenção de despesas atingem até os funcionários públicos do Legislativo e do Judiciário. Os servidores que ocupam cargos em comissão nesses dois poderes não receberão mais o pagamento de hora-extra.

“Pretendemos fazer as demissões dos não-estáveis o mais rápido possível. A idéia é que as demissões comecem daqui a dois meses e se estendam até 18 meses”, disse ontem o ministro da Administração, Luís Carlos Bresser Pereira, ao explicar o pacote com medidas de contenção na folha de pagamento de pessoal da União. O Ministério já tem mapeados os 33 mil servidores públicos federais que não têm estabilidade no emprego. A proposta é demitir os funcionários das chamadas *áreas meio*, como os agentes administrativos. “Mas será aberta uma exceção: os agentes administrativos do INSS, que não têm estabilidade, não serão demitidos porque trabalham no atendimento ao público”, afirmou o ministro.

O decreto com a demissão dos servidores não-estáveis será baixado até o fim desta semana. Técnicos do Ministério da Administração estão com dificuldades de definir critérios impositivos para demissão dos 33 mil servidores. “O decreto vai estabelecer o prazo e o calendário para as demissões. Não precisamos demitir todos no primeiro mês. O mais provável é que as demissões se concentrem daqui a dois meses”, explicou a secretária executiva do Ministério da Administração, Cláudia Costin. Segundo o ministro Bresser Pereira, levantamento do Ministério da Administração detectou que há excesso de 40 mil servidores públicos federais, entre estáveis e não-estáveis.